



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE LUGELA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade Civil	7
2.1 História e cultura	7
2.2 Cenário político actual e sociedade civil	7
3 Demografia	10
3.1 Estrutura etária e por sexo	10
3.2 Traço sociológico	10
3.3 Línguas faladas	11
3.4 Analfabetismo e Escolarização	12
4 Habitação e Condições de Vida	13
5 Organização Administrativa e Governação	15
5.1 Governo Distrital	15
5.2 Reforma do sector público	18
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	18
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	19
5.3.2 Educação e Saúde	19
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	19
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	20
5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública	20
5.4 Desminagem	20
5.5 Finanças Públicas	21
5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	22
5.7 Participação comunitária	23
5.8 Apoio externo	23
6 Posse e Uso da Terra	24
6.1 Posse da terra	24
6.2 Trabalho agrícola	25
6.3 Utilização económica do solo	25
6.3.1 Agricultura	25

6.3.2	Pecuária e Avicultura	26
6.3.3	Produção não agrícola	26
7	Educação	27
8	Saúde e Acção Social	30
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	30
8.2	Acção Social	31
9	Género	33
9.1	Educação	33
9.2	Actividade económica e exploração da terra	34
9.3	Governança	35
10	Actividade Económica	36
10.1	População economicamente activa	36
10.2	Orçamento familiar	37
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	38
10.4	Infra-estruturas de base	39
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	40
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	40
10.5.2	Pecuária	41
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	42
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	42
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Lugela	43
	Documentação consultada	44

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	10
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	11
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	11
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	11
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	12
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	13
TABELA 7:	População e frequência escolar	27
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	28
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	28
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	29
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	30

TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	30
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	31
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	32
TABELA 15:	População activa, por ramo de actividade, 2005	37
TABELA 16:	Rede de estradas	39
TABELA 17:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	41

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	13
FIGURA 2:	Habitacões, por tipo de materiais usados	14
FIGURA 3:	Habitacões, segundo a fonte de abastecimento de água.....	14
FIGURA 4:	Locais suspeitos de minas	21
FIGURA 5:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	22
FIGURA 6:	Estrutura de exploração agrária da terra	25
FIGURA 7:	Explorações e área, por culturas principais.....	26
FIGURA 8:	População, por nível de ensino que frequenta.....	27
FIGURA 9:	Quadro epidémico, 2003.....	31
FIGURA 10:	Indicadores de escolaridade, por sexos	33
FIGURA 11:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	34
FIGURA 12:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	36
FIGURA 13:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	37
FIGURA 14:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal	38



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chomera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Lugela, com sede na Vila de Lugela, está localizado na zona centro-nordeste da Província da Zambézia, situa-se entre os paralelos 15° 20'e 15° 18"de latitude Sul e entre 36° 8'e 36° 14"de longitude Este. Lugela confina a Norte com o distrito de Namarrói através do rio Lú, a Sul com os rios Lugela e Licungo que o separam do distrito de Mocuba, a Este com o distrito do Ile e a Oeste com o distrito de Milange.

Com uma superfície¹ de 6.110 km² e uma população recenseada em 1997 de 106.770 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 133.439 habitantes, o distrito de Lugela tem uma densidade populacional de 21.7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

A população é jovem (45%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz marcadamente rural.

1.2 Clima e Hidrografia



O distrito é influenciado pelo clima de tipo tropical chuvoso de savana onde as precipitações médias anuais são acima dos 800mm, chegando na maioria dos casos a 1.200 ou mesmo 1.400mm, concentrando-se no período compreendido entre Novembro de um ano e finais de Março podendo localmente estender-se até Maio.

A evapotranspiração potencial regista valores médios na ordem dos 1.000 a 1.400mm e as temperaturas médias anuais variam de 24 a 26°C, facto que possibilita e encoraja a prática de agricultura de sequeiro com apenas uma colheita sem riscos significativos de perda das culturas devido ao déficite hídrico.

Ocorre a Sul da região da alta Zambézia e marca a transição para a região de alta altitude. Tem uma altitude média, compreendendo planaltos baixos, médios e sub-planaltos que

abrangem altitudes que variam de 200 a 1000 metros acima do nível médio do mar. O relevo apresenta declives que variam de suavemente ondulados a fortemente dissecados.

O ponto mais alto do distrito de Lugela é o monte Mabó, localizado no PA de Tacuane. Há a salientar a existência de tantalite, ouro, pedras preciosas no PA de Munhamade, Localidade de Alto Lugela nas margens do Rio Namivolo.

É dominado por solos residuais derivados, na maioria, de rochas metamórficas e eruptivas do soco pré-cambriaco, em particular, do complexo gnaisso-granítico do Moçambique Belt. São solos de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos.

1.3 Infra-estruturas

A rede viária tem uma extensão de 467Km, dos quais 233Km são da rede primária a carecer de manutenção de rotina.

O distrito é atravessado pelas Estradas Nacionais 229 (Mocuba/Tacuane); a EN 250 (Tacuane/Liciro); a EN 492 (Cruzamento Munhamade/Rio Lú, limite com Namarrói). Para além destas, existem outras estradas vicinais intransitáveis devido à destruição de pontes, especialmente da ponte principal sobre o rio Lugela na EN229.

Os transportes existentes são os rodoviários. O distrito está ligado a Quelimane, a capital provincial, bem como aos distritos vizinhos. Existe uma estrada que liga o distrito, via Munhamade, a Mocuba, um importante entreposto comercial na estrada principal entre Quelimane e Nampula.

Cerca de 155 km da rede de estradas foram reabilitados com o apoio da IBIS, no âmbito de projectos de desenvolvimento rural integrado. A rápida reabertura da rede de estradas terciárias tem sido importante para facilitar o movimento e restabelecimento dos regressados às suas zonas de origem, a distribuição de ajuda alimentar e a comercialização agrícola do distrito. Em termos de telecomunicações, existe apenas uma ligação via rádio.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

A Vila de Lugela consome água canalizada. Para além deste sistema, durante o período em análise foram construídos e reabilitados 5 poços com bombas do tipo Afridev, e 6 fontenários públicos.

A Água Rural tem efectuado algum trabalho de reabilitação, bem como treinado os membros das comunidades na manutenção e reparação de bombas de água. Os extensionistas a trabalhar no sector da água têm organizado as comunidades para a gestão da água. Existem disponíveis peças sobressalentes para as bombas Afridev através do departamento de obras públicas.

O fornecimento de energia eléctrica está limitado à sede do distrito, através de 1 Grupo gerador.

O distrito possui 109 escolas (das quais, 103 do ensino primário nível 1), e está servido por 11 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 13 mil pessoas;
- Uma cama por 3.400 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 4.500 residentes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. A aptidão deste distrito para a agricultura irrigada é muito baixa.

Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e, portanto, na data de sementeira, e dado que o período de crescimento é de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Dominam neste ambiente sistemas de produção que compreendem consociações de mandioca, milho e feijões nhemba e boere e/ou consociação de mapira, milho e feijão nhemba, e em menor escala a cultura de amendoim. Nos solos onde se observa a presença de humidade residual por período prolongados de tempo é frequente a cultura de arroz ou batata doce, esta última, em regime de matutos/camalhões.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos e as ovelhas.

O distrito de Lugela é rico em recursos florestais, embora os mesmos sejam pouco explorados devido à intransitabilidade das vias de acesso. Existem 2 operadores com licenças simples de exploração. Espécies florestais a destacar: Umbila, Chanfuta e Pau-Ferro. A lenha é a fonte de energia mais importante para consumo doméstico.

Em 2002 deu-se início à plantação de árvores de fruto nas escolas e comunidades. Existe um pomar-viveiro de 1ha com abacateiros, laranjeiras, limoeiros, cajueiros e ananaseiros.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. O cabrito-do-mato, as gazelas e os coelhos são os animais mais caçados e importantes na dieta. Existem no distrito macacos, elefantes e leopardos.

O peixe de rio é também considerado um suplemento dietético para as famílias. Em 2003, no âmbito da segurança alimentar foram repovoados 8 tanques e abertos outros 30 ainda por repovoar.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. Não existem indústrias importantes, embora existam 7 moageiras, 5 carpintarias e 1 (uma) padaria.

Lugela está integrado na rede comercial de Mocuba, bem como na da capital provincial, Quelimane. Costumam vir ao distrito comerciantes de Quelimane, de Mocuba e de outros locais para comprar excedentes. As transacções de mercado para a maioria dos produtos (agrícolas, pecuários e bens de consumo) são conduzidas dentro do próprio distrito. Das 79 lojas existentes no distrito apenas 1 (uma) está operacional.

O distrito não dispõe de nenhum sistema formal de crédito nem está implantada em Lugela nenhuma instituição bancária.

2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

Os Manhauas constituem o grande grupo étnico que domina a região, sendo o Emanhua a língua predominante do distrito.

Os ritos de iniciação continuam a ser praticados e as cerimónias tradicionais que recordam os defuntos acontecem sobretudo no verão, sendo acompanhadas de danças e bebidas tradicionais, como otheca, cabanga e aguardentes de fabrico caseiro. A farinha de mandioca constitui a base de alimentação deste povo.

O colonialismo português actuou nesta zona em regime de prazos e de companhia. Grandes empresas monopolistas desenvolveram aqui as suas actividades, sendo de destacar a Empresa Agrícola de Lugela que arrendava os prazos Lomue, Lugela e Milange, explorando plantações de Chá, Sisal, Tabaco e Kapok; a Companhia da Boror, no Sul, as Empresas de Chá Madal e Tacuane a Oeste e a SONIL também em Tacuane. Estas companhias partilhavam o poder de governação com o Governo colonial na então circunscrição de Lugela. A Sede da Circunscrição situava-se numa área denominada Baixo Lugela pertencente à Companhia da Boror, tendo a estrutura colonial optado por transferi-la para uma zona que estivesse fora da influência dessas Companhias, acabando a Sede por se fixar em Mobede, uma zona em que nenhuma Companhia exercia qualquer actividade.

Em 1961, a Circunscrição de Lugela ascendeu ao estatuto de Vila e, já após a Independência Nacional, ao estatuto de Distrito. Com o desencadear do conflito armado seguiu-se a destruição das grandes empresas e a consequente perda do potencial económico do distrito, à altura representado pelas indústrias de chá e sisal.

Muito embora a agricultura fosse praticada em regime forçado, Lugela era grande produtor de algodão e amendoim, as culturas consideradas de rendimento e de milho, arroz e mandioca, tidas como as principais culturas alimentares.

2.2 Cenário político actual e sociedade civil

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;



-
- Chefes de Grupos de Povoações;
 - Chefe da Povoação;
 - Chingore;
 - Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.



Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

O distrito conta com 226 autoridades comunitárias: 45 autoridades comunitárias do 1º escalão (27 Secretários e 18 Chefes Tradicionais); 77 do 2º escalão (47 Secretários e 30 Chefes Tradicionais); 82 do 3º escalão (74 Secretários e 8 Chefes Tradicionais); e 22 outras. Destas, 18 Autoridades já foram reconhecidas.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;

-
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
 - Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
 - Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
 - Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
 - Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosas se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 6.110 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 133 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 22 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 144 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (45%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 47%, este distrito tem uma matriz marcadamente rural.

A estrutura etária da população do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE LUGELA	133,439	27,275	33,383	57,672	12,110	2,998
Homens	62,163	13,340	17,157	24,517	5,438	1,711
Mulheres	71,276	13,935	16,226	33,155	6,673	1,287
P.A. de LUGELA	44,486	9,057	11,214	19,118	4,103	994
Homens	20,579	4,488	5,731	8,037	1,758	564
Mulheres	23,907	4,569	5,483	11,081	2,345	430
P.A. de TACUANE	18,191	3,736	4,472	8,071	1,500	412
Homens	8,827	1,871	2,313	3,697	704	242
Mulheres	9,363	1,865	2,158	4,374	796	170
P.A. de MUNHAMADE	62,393	12,776	15,466	26,971	5,843	1,336
Homens	28,639	6,164	7,901	11,167	2,656	751
Mulheres	33,754	6,613	7,565	15,805	3,187	585
P.A. de MUABANAMA	8,370	1,706	2,231	3,512	665	256
Homens	4,118	817	1,211	1,616	320	154
Mulheres	4,252	889	1,020	1,896	345	102

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 32.545 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (37%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
23.0%	53.7%	23.3%	4.1	1.2	2.9
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
5.9%	0.8%	15.0%	34.1%	7.3%	36.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
73.7%	26.3%	10.4%	12.3%	1.4%	2.2%
Com Crença Religiosa					
Total	Muçulmana	Católica	Evangélica	Animista	Outra
100,0%	52.4%	23.1%	21.9%	12.2%	2.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, 68% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LUGELA	31.7%	21.6%	10.1%	68.3%	27.5%	40.8%
5 - 9 anos	2.3%	1.2%	1.1%	14.0%	6.8%	7.2%
10 - 14 anos	5.2%	3.4%	1.9%	9.9%	4.8%	5.1%
15 - 19 anos	5.1%	3.1%	2.0%	7.8%	3.8%	4.1%
20 - 44 anos	15.5%	10.8%	4.7%	25.9%	8.5%	17.4%
45 anos e mais	3.5%	3.1%	0.4%	10.7%	3.7%	7.1%
P.A. de LUGELA	35.0%	23.4%	11.7%	65.0%	22.0%	42.9%
P.A. de TACUANE	25.7%	19.6%	6.0%	74.3%	28.5%	45.8%
P.A. de MUNHAMADE	33.9%	22.6%	11.3%	66.1%	22.7%	43.4%
P.A. de MUABANAMA	10.0%	8.7%	1.3%	90.0%	40.8%	49.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 81% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 36% dos habitantes² frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LUGELA	81.1%	67.9%	92.3%
5 - 9	97.9%	97.4%	98.4%
10 - 14	81.6%	75.8%	88.3%
15 - 44	74.8%	54.2%	90.1%
45 e mais	85.3%	70.4%	98.6%
P.A. de LUGELA	78.9%	64.5%	90.8%
P.A. de TACUANE	83.6%	71.1%	95.2%
P.A. de MUNHAMADE	80.5%	66.9%	91.7%
P.A. de MUABANAMA	92.3%	85.5%	99.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

² Com 5 ou mais anos de idade.

4 Habitação e Condições de Vida

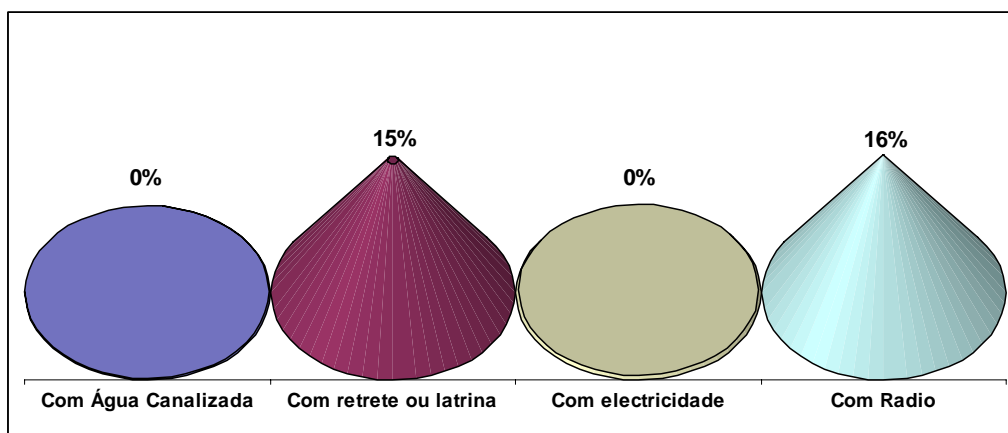


O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota*, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante neste distrito é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de 5 bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e com água colhida directamente em poços

ou furos e rios ou lagos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

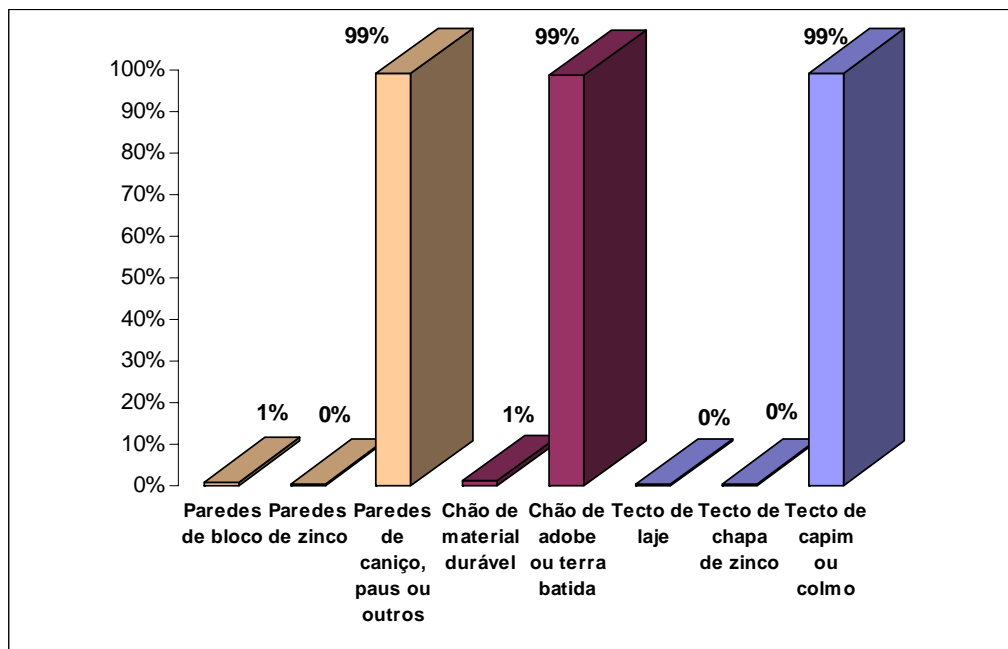
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	15%	18%	38%	45%	42%	42%	15%	18%
Com electricidade	0%	0%	7%	9%	16%	21%	0%	0%
Com Radio	16%	17%	36%	37%	47%	47%	16%	17%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

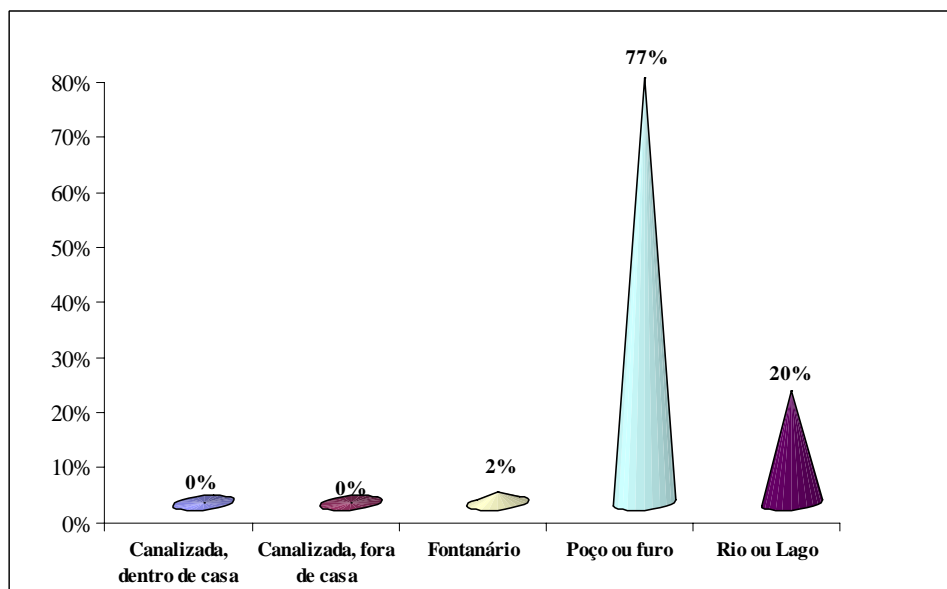
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (77%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (20%).

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem quatro Postos Administrativos: Lugela-Sede, Tacuane, Munhamade e Muabanama que, por sua vez, estão subdivididos em 16 Localidades.

LUGELA - SEDE
LUGELA - SEDE
MUSSENGANE
NAGOBO
PHUTINE
TABA
TACUANE
TACUANE - SEDE
EBIDE
MABU
MUNHAMADE
MUNHAMADE - SEDE
ALTO LUGELA
CUBA
MULIDE
TENEDE
MUABANAMA
MUABANAMA - SEDE
COMONE
M'PEMULA

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;

-
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Tribunal Judicial Distrital;
- Direcção das Prisões;
- Delegação Distrital de Coordenação da Acção Ambiental;
- Posto da APIE;
- Representação do INAS e do sector do Trabalho; e
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Neste distrito existem Delegações da EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, Posto da APIE.

Com um total de 52 funcionários (dos quais, 2 são mulheres e 40 fora do quadro), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	4
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	18
■ Pessoal auxiliar	28

Infra-estruturas e apetrechamento da Administração e Postos Administrativos

- Reabilitação da Administração do Distrito;
- Reabilitação da Secretaria do PA de Muabanama;
- Reabilitação da residência dos Chefes dos PA's de Muabanama e Munhamade;
- Alocação de meios circulantes;
- Uma viatura Land Rover e uma Toyota Hilux oferta da IBIS;
- Três motorizadas para igual número de Chefes de Postos;
- Dois computadores e 2 máquinas fotocopiadoras;
- Instalação de um rádio de comunicação no PA de Muabanama.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida

pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa, realizadas no período 2000-2004, que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

No essencial a actividade do Governo Distrital centrou-se nos seguintes objectivos e acções:

- Envolver as populações na busca de soluções para os problemas locais através de diálogo.
- Estudar a viabilidade de alocação de equipamento as Administrações Distritais para a manutenção das vias.
- Alargar a rede escolar e sanitária e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
- Promover o uso de material local de construção para a edificação de residências do Chefe de Posto Administrativo e outros funcionários do Estado.
- Intensificar acções de fornecimento/capacitação técnico-profissional dos Funcionários em particular ao nível Distrital e de Posto Administrativo.
- Melhorar os serviços prestados pelas Administrações Distritais tendo em conta que o cidadão constitui a razão da sua existência.
- Melhorar o atendimento nas escolas Hospitais, Repartições do Estado, na tramitação do processo de pedidos de terra ,de Bilhetes de Identidade, etc.
- Melhorar o sistema de colecta e registo de receitas nas Administrações Distritais.
- Prestigiar a função de Administrador Distrital.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Lugela é um distrito extenso, comparativamente à escassez da sua população e, por essa razão, não são reportados conflitos significativos sobre os recursos locais, incluindo terra, água, lenha, carvão ou outros recursos.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 109 o número de escolas em 2003 (103 do ensino primário nível 1, 6 do nível 2), que são frequentadas por cerca de 54 mil estudantes ensinados por 276 professores.

O distrito está dotado de 6 do nível II/III e 5 Postos de saúde, com um total de 43 camas e 32 técnicos e assistentes de saúde.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública

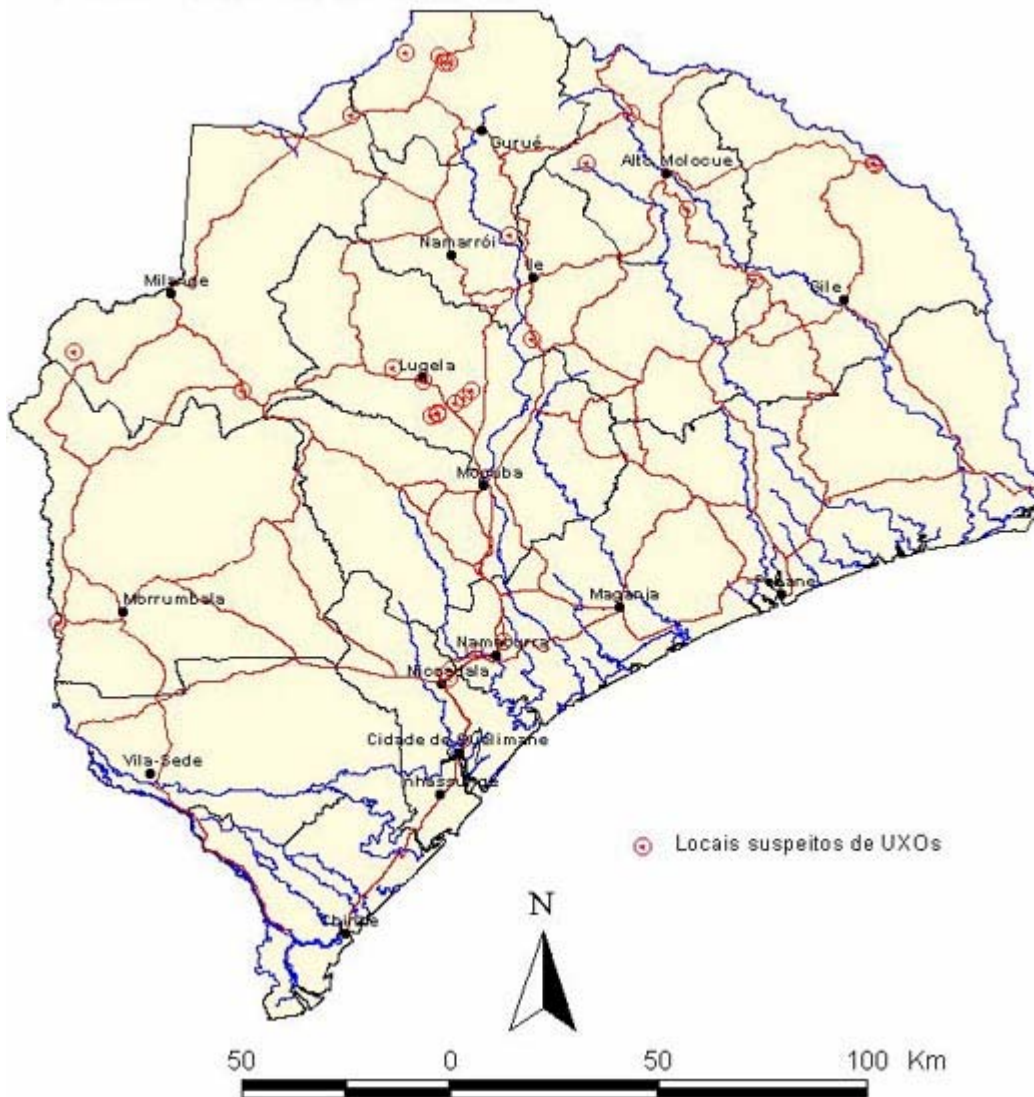
Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.

As preocupações com questões de segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas conhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes no distrito.

5.4 Desminagem

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

FIGURA 4: Locais suspeitos de minas
Província da Zambézia



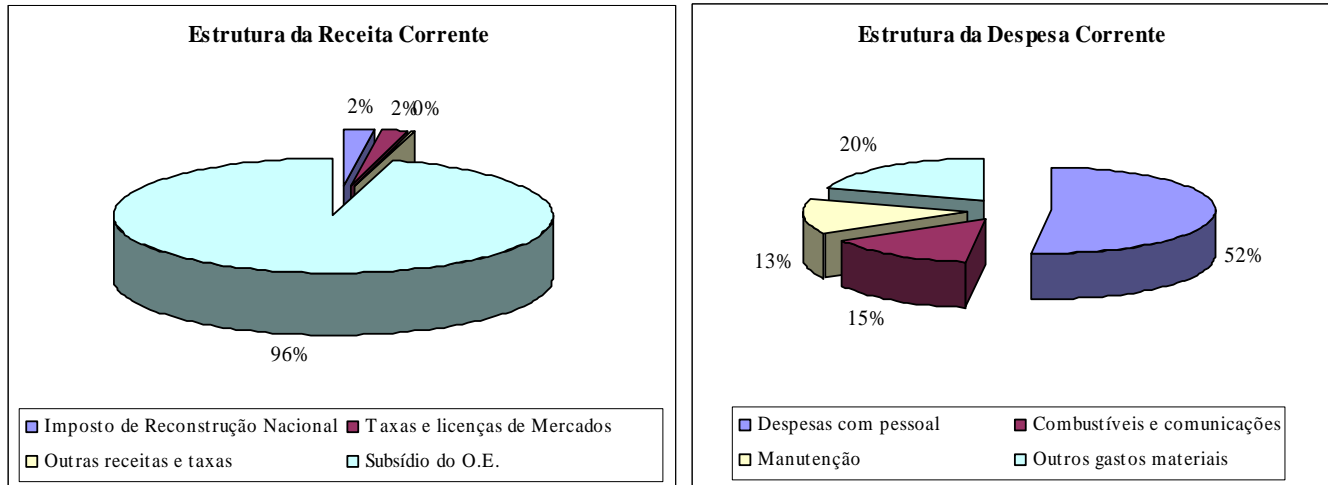
Fonte: Instituto Nacional de Desminagem, 2003.

5.5 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais (em contos).

FIGURA 5: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 18 contos por habitante, isto é, menos de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.6 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;

-
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
 - Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
 - Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.7 Participação comunitária

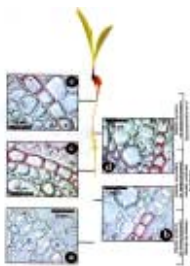
A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA e pela Acção Agrária Alemã (AAA).

5.8 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e a MSF-Bélgica no sector da saúde.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Lugela é um distrito extenso, comparativamente à escassez da sua população e, por essa razão, não são reportados conflitos significativos sobre os recursos locais, incluindo terra, água, lenha, carvão ou outros recursos.

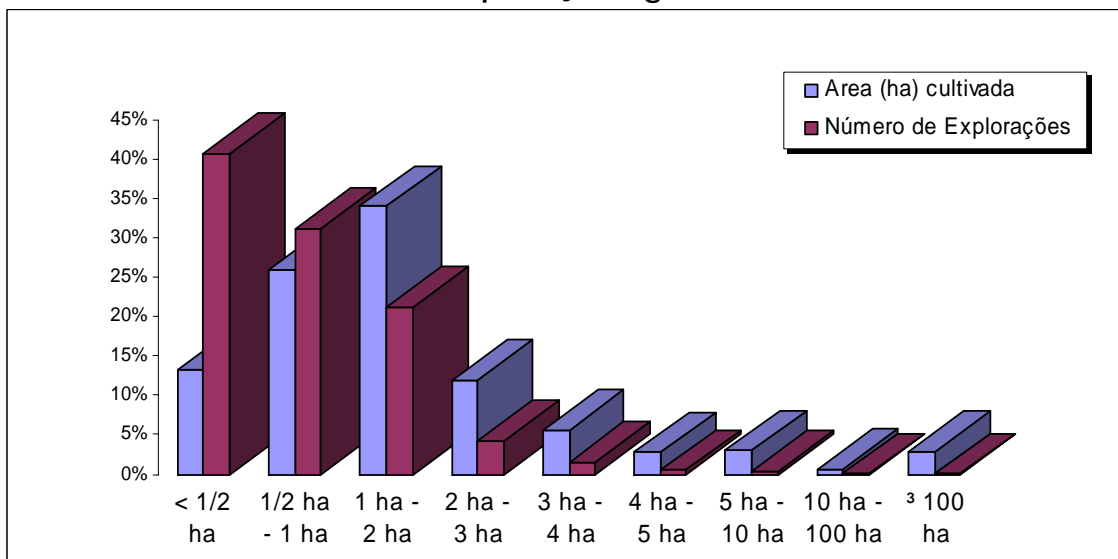
Este distrito possui cerca de 25 mil explorações agrícolas com uma área média é de 0,7 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 72% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 39% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 28% da área cultivada pertence a somente 7% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 70% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

FIGURA 6: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 93% das 80 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 7% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 83% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

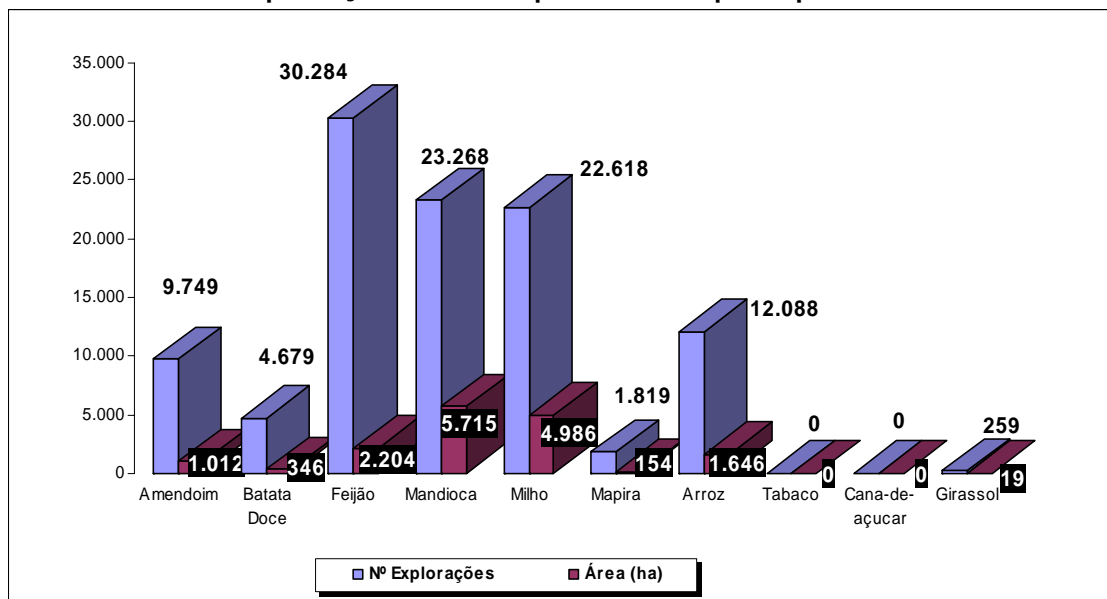
Estas explorações estão divididas em cerca de 80 mil parcelas, 80% com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 35% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 7: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 1 mil criadores de pecuária e mais de 22 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 5% nos bovinos a 8% nos bicos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 81% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 36% dos habitantes⁴ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

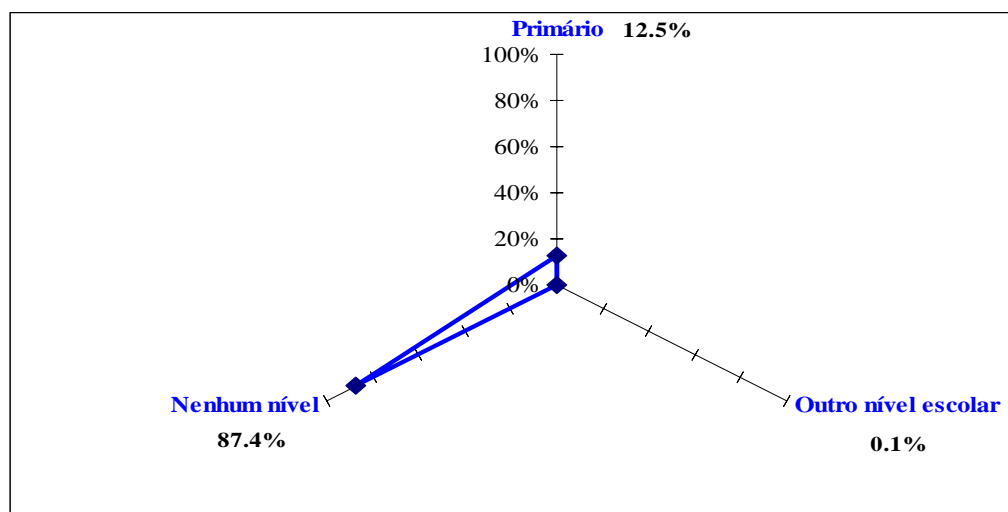
TABELA 7: População⁵ e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE LUGELA	12.6%	7.8%	4.8%	23.5%	15.1%	8.4%	63.9%	23.0%	40.9%
P.A. de LUGELA	15.5%	9.6%	5.9%	24.4%	15.5%	8.9%	60.0%	20.3%	39.7%
P.A. de TACUANE	8.8%	5.5%	3.4%	17.5%	13.5%	4.0%	73.7%	29.2%	44.5%
P.A. de MUNHAMADE	12.4%	7.7%	4.7%	26.4%	16.3%	10.1%	61.3%	21.3%	39.9%
P.A. de MUABANAMA	6.7%	4.2%	2.6%	10.1%	8.2%	1.8%	83.2%	37.1%	46.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 47% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 8: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 8: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LUGELA	12.6%	0.0%	12.5%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	87.4%
5 - 9 anos	16.9%	0.0%	16.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	83.1%
10 - 14 anos	46.8%	0.0%	46.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	53.2%
15 - 19 anos	18.6%	0.1%	18.2%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	81.4%
20 - 24 anos	1.3%	0.0%	1.1%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	98.7%
25 e + anos	0.4%	0.1%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.6%
HOMENS	17.0%	0.0%	16.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	83.0%
MULHERES	8.9%	0.0%	8.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	91.1%
P.A. de LUGELA	15.5%	0.0%	15.4%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	84.5%
P.A. de TACUANE	8.8%	0.0%	8.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	91.2%
P.A. de MUNHAMADE	12.4%	0.1%	12.3%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	87.6%
P.A. de MUABANAMA	6.7%	0.0%	6.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	93.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁸, verifica-se que somente 8% concluíram algum nível de ensino. Destes, 95% completaram somente o ensino primário e 3% o 1º grau do secundário. Os restantes níveis representam somente 2% do efectivo escolarizado.

TABELA 9: População⁹, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE LUGELA	7.5%	0.1%	7.1%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	92.5%
5 - 9 anos	0.8%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.2%
10 - 14 anos	3.4%	0.0%	3.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	96.6%
15 - 19 anos	9.4%	0.1%	9.2%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	90.6%
20 - 24 anos	10.7%	0.0%	10.2%	0.4%	0.0%	0.1%	0.0%	89.3%
25 e + anos	9.9%	0.3%	9.1%	0.3%	0.0%	0.1%	0.0%	90.1%
HOMENS	3.9%	0.1%	3.7%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	96.1%
MULHERES	0.2%	0.0%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.8%
P.A. de LUGELA	8.7%	0.1%	8.3%	0.2%	0.1%	0.1%	0.0%	91.3%
P.A. de TACUANE	7.5%	0.1%	7.1%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	92.5%
P.A. de MUNHAMADE	7.2%	0.2%	6.8%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	92.8%
P.A. de MUABANAMA	2.9%	0.1%	2.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	97.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	122	26.340	54.875	92	291
EP1	103	25.929	53.124	85	252
EP2	6	146	694	5	24
ESG I	0	0	0	0	0
ESG II	0	0	0	0	0
ETP	0	0	0	0	0
AEA	13	265	1.057	2	15

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 13 mil pessoas;
- Uma cama por 3.400 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 4.500 residentes.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	11	0	0	6	5			
Nº de Camas	43	0	0	43	0			
Pessoal Total	49	0	0	44	5	49	33	16
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	3	0	0	3	0	3	3	0
- Nível Básico	17	0	0	15	2	17	9	8
- Nível Elementar	12	0	0	10	2	12	8	4
- Pessoal de apoio	17	0	0	16	1	17	13	4

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	55,2%
Partos	2.017
Vacinação	51.316
Saúde materno-infantil	42.547
Consultas externas	76.843
Taxa de baixo peso à nascença	9,7%
Taxa de mau crescimento	5,5%

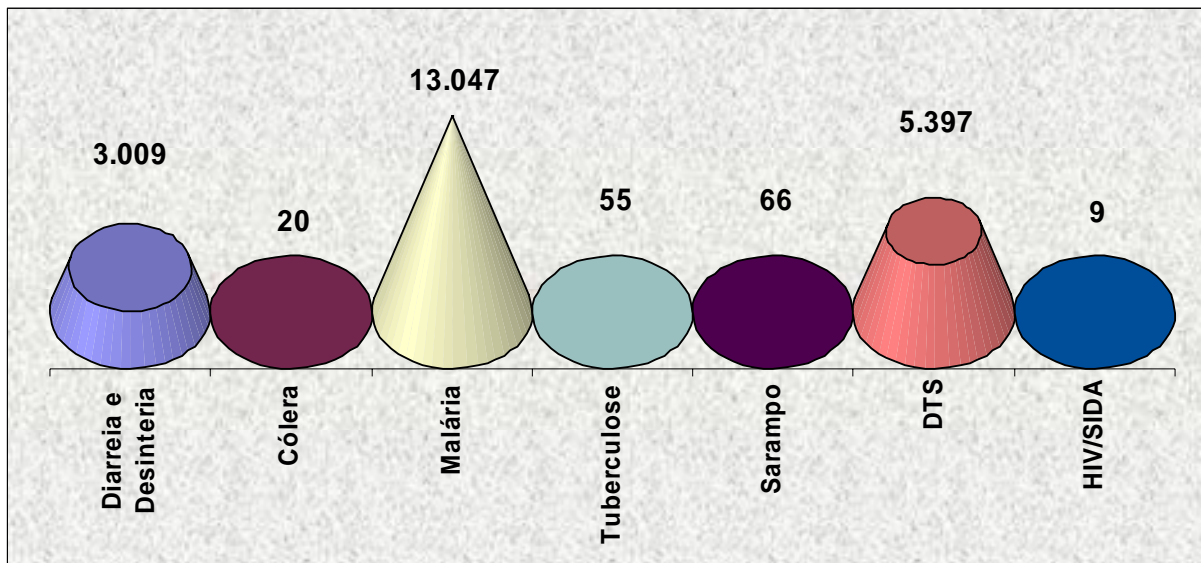
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Lugela



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 9: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito de Lugela existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 6 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e mais de 2 mil deficientes (50% com debilidade física, 27% com doenças mentais e 23% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE LUGELA	6,323
Homens	2,832
Mulheres	3,491
5 - 9 anos	1210
10 - 14 anos	2226
15 - 19 anos	2887
P.A. de LUGELA	2,125
P.A. de TACUANE	819
P.A. de MUNHAMADE	3,045
P.A. de MUABANAMA	335

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Lugela



TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE LUGELA	2359	1188	632	539
0 - 14	610	207	206	197
15 - 44	1278	663	342	273
45 e mais	471	318	84	69
P.A. de LUGELA	788	415	223	150
P.A. de TACUANE	338	162	75	101
P.A. de MUNHAMADE	1136	567	306	263
P.A. de MUABANAMA	97	44	28	25
P. A. da Praia do Bilene	230	141	11	78
P. A. de Macuane	195	103	53	39

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito de Lugela tem uma população estimada de 133 mil habitantes - 71 mil do sexo feminino - sendo 15% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

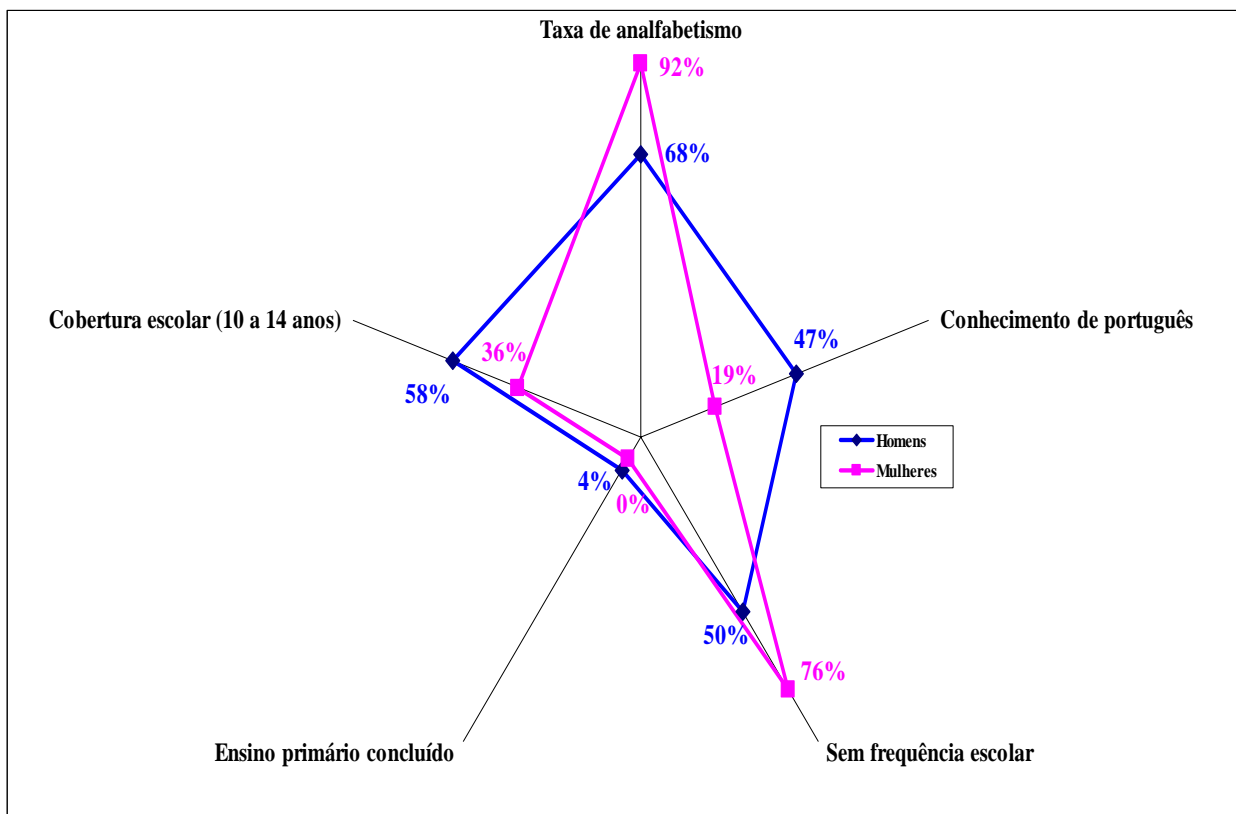
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Elomve*, só 19% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 92%, sendo de 68% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 76% nunca frequentaram a escola, e a percentagem de finalistas do ensino primário é praticamente nula.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 36% das raparigas frequentam a escola. Este indicador ilustra o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 10: Indicadores de escolaridade, por sexos



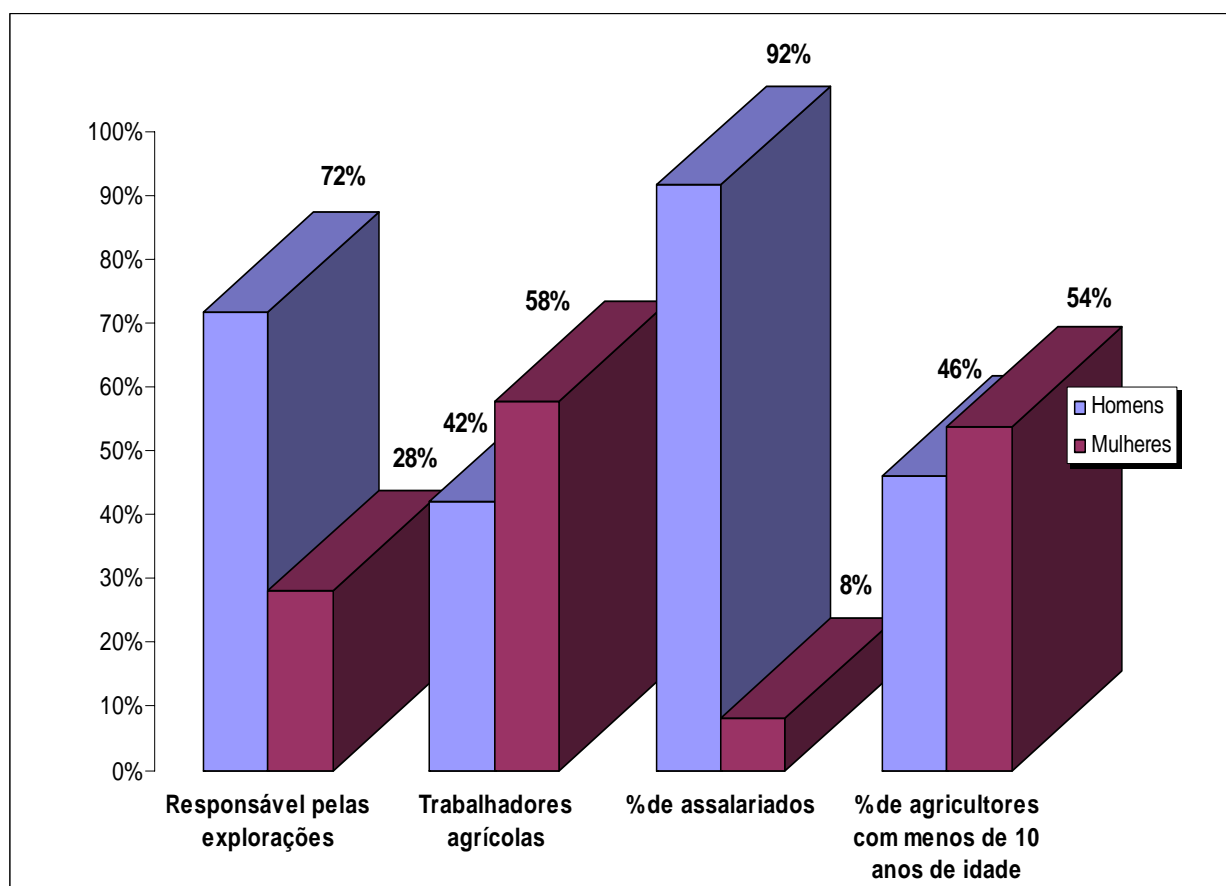
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 71 mil mulheres, 41 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 34 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18% (17% nos homens).

As 25 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 80 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em quase 60% dos casos, por mulheres. De reter, que 46% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 54% são raparigas.

FIGURA 11: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



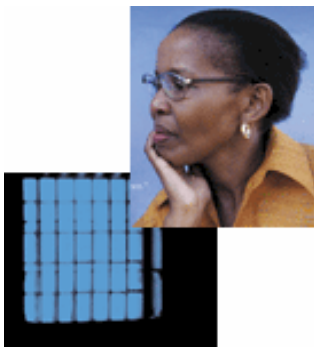
Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito do Bilene de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 99% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria; e
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e

informal.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 52 funcionários existentes só 2 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

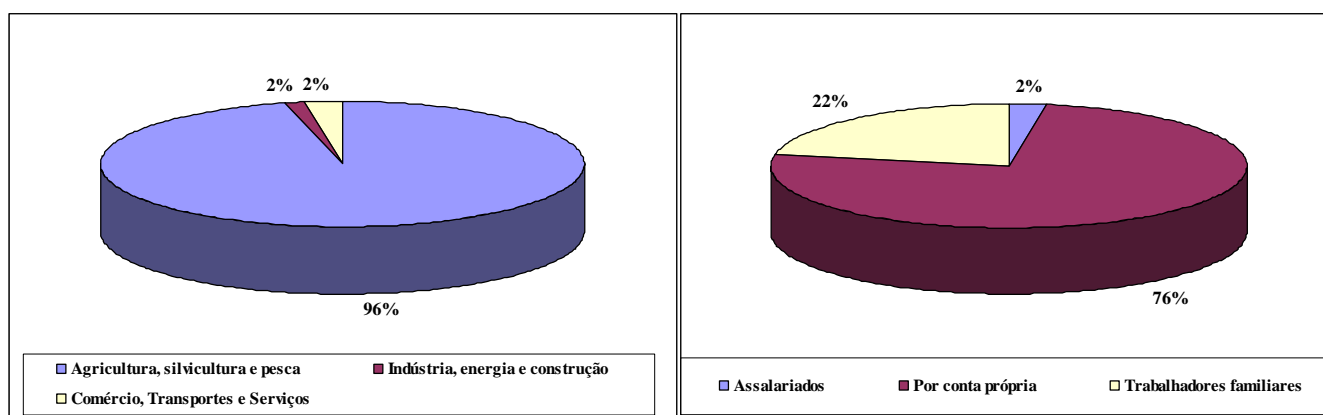
De um total de 133 mil habitantes, 73 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 60 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18%.

Da população activa, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 2% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 8% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 96% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 2% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 2% do total de trabalhadores e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 12: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 15: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005

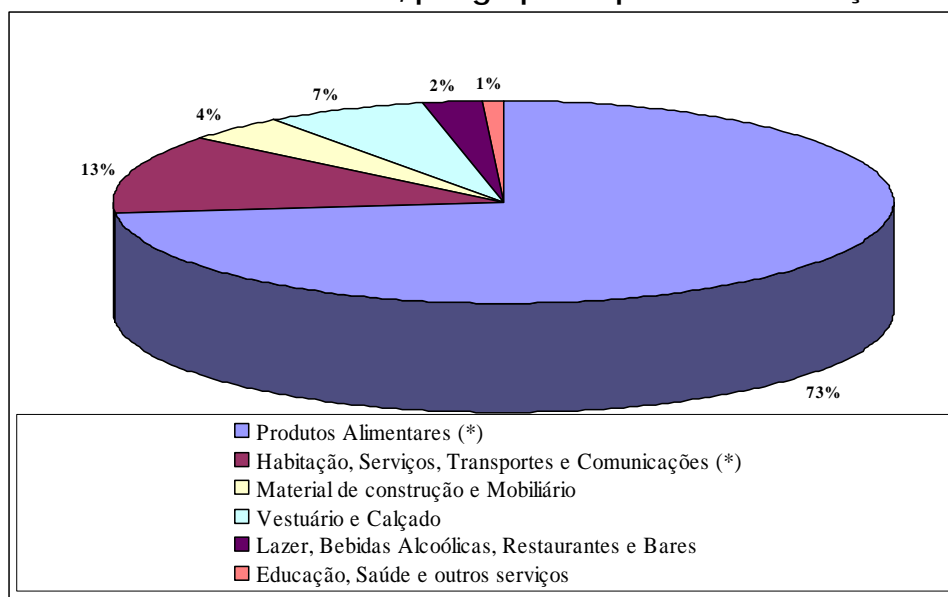
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE LUGELA	59,779	2.4%	1.0%	1.4%	0.1%	75.6%	21.8%	0.1%
- Homens	26,262	2.2%	0.9%	1.3%	0.1%	34.7%	6.9%	0.1%
- Mulheres	33,518	0.2%	0.1%	0.1%	0.0%	41.0%	14.9%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	57,415	0.6%	0.2%	0.4%	0.1%	74.0%	21.4%	0.0%
Indústria, energia e construção	947	0.5%	0.1%	0.5%	0.0%	0.9%	0.1%	0.0%
Comércio, Transportes e Serviços	1,417	1.3%	0.8%	0.5%	0.0%	0.8%	0.2%	0.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹² estimado em cerca de 52% no ano de 2003¹³. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 58% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (73%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (13%).

FIGURA 13: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

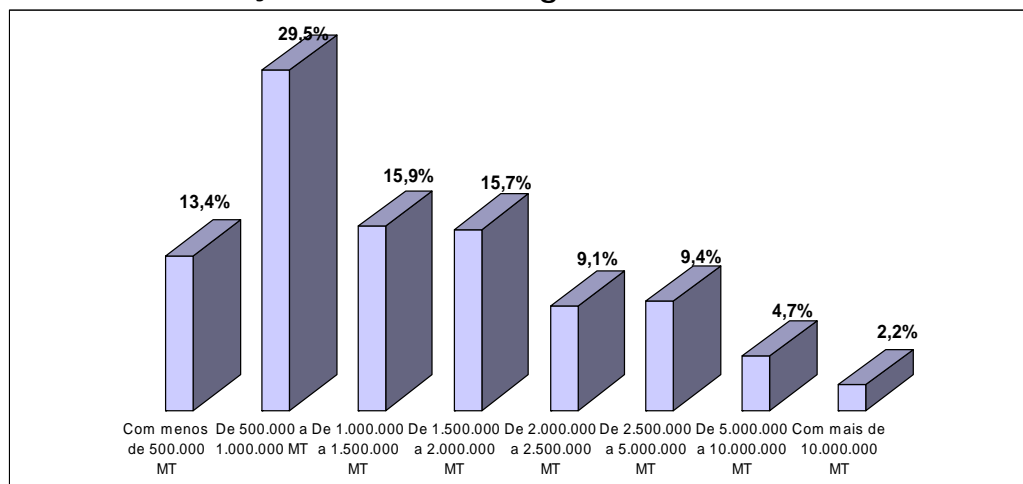
¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹² O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹³ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

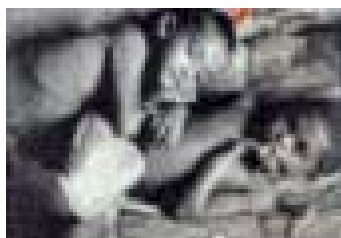
Com variância significativa, a distribuição da receita está concentrada nas classes baixas, com quase 43% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 14: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁴ - a níveis de segurança alimentar de

risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

¹⁴ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam a comunidade aquando de calamidades, são o Programa Mundial para a Alimentação, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



A rede viária tem uma extensão de 467Km, dos quais 233Km são da rede primária a carecer de manutenção de rotina.

O distrito é atravessado pelas Estradas Nacionais 229 (Mocuba/Tacuane); a EN 250 (Tacuane/Liciro); a EN 492 (Cruzamento Munhamade/Rio Lú, limite com Namarrói). Para

além destas, existem outras estradas vicinais intransitáveis devido à destruição de pontes, especialmente da ponte principal sobre o rio Lugela na EN229.

TABELA 16: Rede de estradas

ESTRADA	TROÇO/km	ESTADO/CONS.	TIPO DE ESTRADA	OBSERVAÇÃO
Mucaba/Tacuane	104 km	Bom	Terra batida	Falta da ponte
Tacuane/Liciro	46 km	Bom	Terra batida	
Munhamade/R.Lu	83 km	Bom	Terra batida	
Tacuane/Muabanama	47 km	Mau	Terra batida	Em Manutenção
Sede-Lugela/Muaban.	101 km	Mau	Terra batida	
Sede-Lugela/Tacuane	30 km	Bom	Terra batida	
Sede-Lugela/Munham.	45 km	Bom	Terra batida	
Sede-Lugela/Mocuba	60 km	Normal	Terra batida	Necessita /Reabilit.

Fonte: Administração do Distrito

Os transportes existentes são os rodoviários. O distrito está ligado a Quelimane, a capital provincial, bem como aos distritos vizinhos. Existe uma estrada que liga o



distrito, via Munhamade, a Mocuba, um importante entreposto comercial na estrada principal entre Quelimane e Nampula.

Cerca de 155 km da rede de estradas foram reabilitados com o apoio da IBIS, no âmbito de projectos de desenvolvimento rural integrado. A rápida reabertura da rede de estradas terciárias tem sido importante para facilitar o movimento e restabelecimento dos regressados às suas zonas de origem, a distribuição de ajuda alimentar e a comercialização agrícola do distrito. Em termos de telecomunicações, existe apenas uma ligação via rádio.

A Vila de Lugela consome água canalizada. Para além deste sistema, durante o período em análise foram construídos e reabilitados 5 poços com bombas do tipo Afridev, e 6 fontenários públicos.

A Água Rural tem efectuado algum trabalho de reabilitação, bem como treinado os membros das comunidades na manutenção e reparação de bombas de água. Os extensionistas a trabalhar no sector da água têm organizado as comunidades para a gestão da água. Existem disponíveis peças sobressalentes para as bombas Afridev através do departamento de obras públicas.

O fornecimento de energia eléctrica está limitado à sede do distrito, através de 1 Grupo gerador.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas. A aptidão deste distrito para a agricultura irrigada é muito baixa.

Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e, portanto, na data de sementeira, e dado que o período de crescimento é de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Dominam neste ambiente sistemas de produção que compreendem consociações de mandioca, milho e feijões nhemba e boere e/ou consociação de mapira, milho e feijão nhemba, e em menor escala a cultura de amendoim. Nos solos onde se observa a presença de humidade residual por período prolongados de tempo é frequente a cultura de arroz ou batata doce, esta última, em regime de matutos/camalhões.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 17: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	5.039	8.173	10.200	10.200	8.818	10.215
Arroz	2.458	3.151	1.605	2.808	3.363	4.036
Mapira	1.466	978	1.115	1.115	1.912	1.080
Amendoim	746	761	940	940	1.483	1.092
Mandioca	8.506	39.614	45.840	45.840	11.771	47.401
Feijões	1.548	1.069	846	846	1.888	1.085
Batata Doce	1.653	4.132	4.312	4.312	1.359	5.332
Hortícolas	22	220	32	32	23	48
TOTAL DO DISTRITO	21.438	58.097	64.891	66.095	30.618	70.287

10.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Dada a existência de áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito de Lugela é rico em recursos florestais, embora os mesmos sejam pouco explorados devido à intransitabilidade das vias de acesso. Existem 2 operadores com licenças simples de exploração. Espécies florestais a destacar: Umbila, Chanfuta e Pau-Ferro. A lenha é a fonte de energia mais importante para consumo doméstico.

Em 2002 deu-se início à plantação de árvores de fruto nas escolas e comunidades. Existe um pomar-viveiro de 1ha com abacateiros, laranjeiras, limoeiros, cajueiros e ananaseiros.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. O cabrito-do-mato, as gazelas e os coelhos são os animais mais caçados e importantes na dieta. Existem no distrito macacos, elefantes e leopardos.

O peixe de rio é também considerado um suplemento dietético para as famílias. Em 2003, no âmbito da segurança alimentar foram repovoados 8 tanques e abertos outros 30 ainda por repovoar.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Não existem indústrias importantes, embora existam 7 moageiras, 5 carpintarias e 1 (uma) padaria.

Lugela está integrado na rede comercial de Mocuba, bem como na da capital provincial, Quelimane. Costumam vir ao distrito comerciantes de Quelimane, de Mocuba e de outros locais para comprar excedentes. As transacções de mercado para a maioria dos produtos (agrícolas, pecuários e bens de consumo) são conduzidas dentro do próprio distrito.

Das 79 lojas existentes no distrito apenas 1 (uma) está operacional.

O distrito não dispõe de nenhum sistema formal de crédito nem está implantada em Lugela nenhuma instituição bancária.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Lugela

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Francisco Lampião	Secretário	M	Sede	Mobede	Napome	25/06/02
2	Silva Ecoromane Muarabo	Secretário	M	Sede	Mobede	Dabane	25/06/02
3	João Boniforo	Secretário	M	Sede	Mobede	Macupune	25/06/02
4	Uandamane Mateue	Régulo	M	Tacuane	Tacuane	Mucamula	25/06/02
5	Adolfo Muressama	Régulo	M	Tacuane	Tacuane	Limbue	25/06/02
6	Conceição Nacatxasso	Régulo	M	Tacuane	Tacuane	Russiua	25/06/02
7	Alfaiate Sardinha	Régulo	M	Munhamade	Alto Lugela	Lugela	22/08/02
8	Catarina Martins	Régulo	M	Munhamade	Munhamade	Munhamade	22/08/02
9	Cipriano Suburano	Régulo	M	Munhamade	Munhamade	Munhamade	23/08/02
10	Vinês Mudeba	Secretário	M	Muabanama	Mpemula	Mucuera	18/10/02
11	João Malingamoio Mora	Régulo	M	Muabanama	Muabanama	Balaleia	17/10/02
12	Manuel António Correia	Régulo	M	Muabanama	Mpemula	Mucuera	18/10/02
13	Vieira Caricua	Régulo	M	Munhamade	Tenede	Tenede	07/11/02
14	Samuel Mandiuane	Secretário	M	Munhamade	Tenede	Tenede	07/11/02
15	Samane Mangasso	Régulo	M	Munhamade	Mudine	Namagila	13/08/03
16	João Maganiposso	Régulo	M	Munhamade	Mudine	Maconde	13/08/03
17	Mário Efécio Uacha	Régulo	M	Lugela	Puthine	Mbodora	18/08/03
18	Pequenino Candeiro	Régulo	M	Lugela	Mussangane	Marrussia	20/08/03



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Zambézia, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província da Zambézia, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Zambézia, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde da Zambézia, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província da Zambézia, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província da Zambézia, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005